



CNJ prorroga prazo para tribunais aderirem ao banco de mandados de prisão

Depois de [apenas 13 dos 33 tribunais](#) obrigados a se cadastrarem no Banco Nacional de Mandados de Prisão cumprirem o prazo determinado para fazê-lo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela criação e manutenção do banco, prorrogou o prazo do cadastro por até quatro meses para 14 das 20 cortes atrasadas. Seis tribunais que descumpriram o prazo não se justificaram nem pediram prorrogação mesmo depois de terem sido oficiados pelo CNJ.

Segundo a Resolução 137 do CNJ, a data final para a integração dos Tribunais de Justiça dos estados e os Tribunais Regionais Federais (TRFs) expirou no dia 15 de janeiro. A criação do banco é uma determinação da Lei 12.403/2011, que alterou o Código do Processo Penal e conferiu ao Conselho a responsabilidade pela criação e manutenção do sistema que deverá centralizar os mandados de prisão de todo o país.

A prorrogação dos prazos foi a última matéria a ser votada na sessão da última terça-feira (28/2) no Plenário do CNJ. O pedido para a votação partiu da Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. A maioria dos tribunais justificou o atraso devido a "dificuldades técnico-operacionais". Cinco o fizeram voluntariamente, enquanto outros nove manifestaram-se a partir de ofício do Conselho.

Os tribunais de Minas Gerais e de São Paulo solicitaram mais seis meses para cadastrarem-se ao BNMP, mas a Corregedoria determinou que até 15 de maio as informações deverão estar disponíveis no sistema. O mesmo prazo foi concedido para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e os tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, que não sugeriram data para o cumprimento.

As seis cortes que não se manifestaram sobre o atraso depois de oficiadas pelo CNJ foram os tribunais de Justiça da Bahia, do Espírito Santo, da Paraíba, do Paraná e de Santa Catarina e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Este último comunicou à revista **Consultor Jurídico** que há previsões de que esteja integrado ao sistema do BNMP a partir de abril.

Veja, abaixo, os tribunais que tiveram seus prazos ampliados:



Prorrogação	
Tribunal	Prazo concedido
Tribunal de Justiça de Alagoas	Abril
Tribunal de Justiça do Amazonas	Abril
Tribunal de Justiça do Acre	Março
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	Março
Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul	Abril
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	15 de maio
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	15 de maio
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	15 de maio
Tribunal de Justiça de Rondônia	Março
Tribunal de Justiça de São Paulo	15 de maio
Tribunal de Justiça do Tocantins	Março
TRF 1ª Região	Março
TRF 3ª Região	Abril
TRF 4ª Região	15 de maio

Meta Fields